

Confiança nacional

O aumento da confiança e da segurança na macroeconomia reflete a atual situação financeira das famílias brasileiras. O incremento do poder de compra, beneficiado por políticas governamentais de geração de emprego e renda, e o estímulo ao crédito contribuem para a realização do sonho da casa própria.

Segurança

No início de maio, o Índice Nacional de Confiança, elaborado pelo instituto de pesquisa IPSOS, apontou que o nível de confiança da população quanto à situação financeira brasileira chegou a 164 pontos, o mais alto nos dois últimos anos. Cerca de 50% dos entrevistados revelaram que a condição econômica atual é boa, e 45% se sentem seguros no emprego atual.

No mesmo período, o Índice de Expectativa das Famílias brasileiras (IEF), desenvolvido pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), registrou índice de 67,2% de confiança na situação socioeconômica nacional. Ambas as pesquisas consideram perspectivas quanto a opções de consumo, quitação de dívidas e mercado de trabalho que, alinhadas à atual política de concessão de crédito e baixa de juros, surgem como ferramentas para a aquisição de imóveis.

A confiança na estabilidade econômica, a queda da taxa básica de juros (Selic) e a conseqüente redução dos juros bancários contribuirão para a redução do número de contribuintes inadimplentes. Essas ações favorecem quem precisa de empréstimo para comprar a casa pró-

pria ou tem dívidas atreladas à Selic.

Compra

Por outro lado, estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2011 mostra o déficit habitacional dos países da América Latina e do Caribe. A Nicarágua foi o país com o maior índice: 78% da população não possui casa própria ou vive em moradias qualitativamente inapropriadas. O Brasil aparece bem abaixo, com déficit de 33% de moradias inadequadas.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, 56% dos cidadãos não conseguem comprar imóvel próprio. Ainda segundo o BID, a demanda de moradia é enorme, mas as políticas e investimentos habitacionais aparecem na pesquisa como insuficientes. Outros fatores que agravam o problema são: baixa renda da população, limitação de crédito, uso inapropriado do solo e pouco investimento em infraestrutura nas cidades.

A atual política estatal de transferência de renda, os programas de construção de moradia e a concessão de crédito e financiamento tendem a mudar essa realidade e diminuir a carência habitacional brasileira.

*O conteúdo desta coluna é de responsabilidade da Ademi-Niterói. E-mails para esta coluna: ademiniteroi@ademiniteroi.com.br

